

D O U T R I N A

O PRAZO PARA RECURSO DE SENTENÇA REGISTRADA EM AUDIÊNCIA POR ESTENOTIPIA

SIDNEI AGOSTINHO BENETI

Juiz do Tribunal de Alçada Criminal
do Estado de São Paulo

1. A implantação da estenotipia (*) para registro de atos oralmente praticados no processo produziu interessante questão jurídica. De que momento começa a correr o prazo para apelação, no cível ou no crime, de sentença proferida verbalmente na audiência e registrada por estenotipia?

O prazo somente pode, a meu ver, começar a contar na data da intimação da transcrição juntada aos autos. Respeita-se, evidentemente, o entendimento contrário, que, contudo, é de menor consistência diante dos argumentos que lhe devem ser opostos.

A questão diz respeito à forma dos atos processuais. Essa forma, em todo processo, cível ou criminal, deve observar o princípio da documentação, o terceiro dos princípios sobre a matéria, referido por MOACYR AMARAL SANTOS ("Primeiras Linhas", vol. 1.º/284, ed. 1980). A documentação é garantia de todos os participantes da relação jurídico-processual, subproduto da garantia produzida pela documentação dos atos humanos em geral, decorrente da invenção da escrita.

Esta, a escrita, tem de realizar-se mediante documentação que atenda ao requisito da perfeita comunicação pública, que, no país, se realiza mediante a grafia em alfabeto latino, adotado para a grafia do idioma nacional. Qualquer outra grafia, ainda que compreensível para os habilitados, como a estenotipia, não é a grafia oficial da língua portuguesa, de modo que não é hábil à produção do efeito da documentação pública, embora seja válida como registro intermediário a ser transcrito, a exemplo do que ocorre com a taquígrafia.

A documentação processual em escrita comum pode ser exigida em maior ou menor amplitude, ficando na menor amplitude a série de atos preparatórios de documentação ulterior, conseqüentes ao chamado princípio da oralidade. Frise-se, entretanto, que a oralidade preside tão-somente a formação do documento processual; jamais lhe autoriza a supressão.

Para se saber o que precisa ser reduzido a documento em forma escrita comum, o que necessariamente tem de ser reduzido a documento com forma exigida e o

(*) Estenotipia é taquígrafia mecânica, que permite o registro dos atos judiciais orais com as palavras proferidas, dispensando o tradicional ditado das declarações pelo Juiz ao datilógrafo. Está implantada em Varas do Estado de São Paulo e de Porto Alegre.

que dela não necessita, vem a distinção entre atos de forma livre, de forma vinculada e de forma autorizada. FREDERICO MARQUES explica: "Ato de forma vinculada é aquele em que a forma prevista em lei, por considerar-se formalidade essencial à constituição do ato (art. 563, IV), não pode ser omitida sob pena de nulidade ("Elementos de Direito Processual Penal", 1965, vol. 2.º/100).

Ora, entre os atos que exigem a documentação acabada, para leitura geral, estão como forma vinculada, no cível e no crime, expressamente, a sentença (art. 164 do CPC e art. 381 do CPC), bem como os despachos e decisões, também expressamente, no cível (art. 164 citado) e, por consequência, no crime (art. 164 do CPC e art. 381 do CPP).

Vejam-se esses dispositivos: Art. 164 do CPC: "Os despachos, decisões, sentenças e acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos Juizes. Quando proferidos verbalmente, o taquígrafo ou o datilógrafo os registrará, submetendo-os aos Juizes para revisão e assinatura". Art. 381 do CPP: "A sentença conterá: ... VI: a data e a assinatura do Juiz".

Evidentemente, só pode ser revisto, datado e assinado pelo Juiz o documento escrito perfeito, nunca as notas codificadas a serem posteriormente corrigidas.

4. Coerente com esses fundamentos, constantes da Lei Federal que rege o processo no crime e no cível, é que a Lei Estadual n. 3.947, de 8.12.1983, estabeleceu, no § 1.º, que "As notas de estenotipia, após lidas, corrigidas e autenticadas, serão juntadas aos autos, mencionado o fato no termo de audiência. Nesta, serão intimadas as partes de que as transcrições das notas serão juntadas aos autos na mesma data, ou dentro de três dias. A transcrição será autenticada pelo estenotipista, com o visto do Juiz".

O termo de audiência, por sua vez, em modelo especialmente impresso para o início da implantação da estenotipia em São Paulo, passou a consignar que "as partes saíram cientes de que o prazo para eventual recurso corre da intimação da sentença, ou da intimação da transcrição, se posterior à sentença". Esse termo tomou, ainda, o cuidado de registrar que as partes, "mesmo na hipótese de dispensa da transcrição, ainda podem pedi-la no prazo de recurso, que então passa a correr da intimação da transcrição".

Está preservada, portanto, no âmbito da organização judiciária do Estado de São Paulo e no âmbito da diretriz prática de registro nas audiências, a regra, fundada nas exigências de documentação e de publicidade, de a contagem do prazo para recurso de decisões ditadas por estenotipia correr a partir da data da publicação da transcrição revista e autenticada com assinatura do Juiz.

Note-se que, diante desse registro, como decisão judicial em cada termo de audiência, a contagem do prazo para recurso a partir da data do ditado oral da sentença em audiência significaria, sem dúvida, surpresa para a parte e seu advogado, verdadeiramente ludibriados pelo início da fluência do prazo para recorrer em data anterior à consignada no próprio termo da audiência.

5. A jurisprudência, no âmbito criminal, registra acórdãos não publicados do Tribunal de Alçada Criminal (Apelação n. 353.663-4, Relator Reynaldo Ayrosa; Mandado de Segurança n. 141.334-0, Relator Dimas Ribeiro e Apelação n. 466.437-1, Relator Gomes Amorim) no sentido contrário, ou seja, de contagem do prazo recursal a partir da data do ditado da sentença por estenotipia.

No cível, contudo, a questão está bem firmada no outro sentido, como se vê em julgados já publicados: "RJTJESP", ed. LEX, vol. 98/378, Relator Galvão Coelho; "RT", vol. 603/147, Relator Roberto Stucchi; "RT", vol. 607/112, Relator Reis Kuntz, com declaração de voto vencedor de José Bedran; "JTACSP", vols. 91/320, Relator Joaquim de Oliveira, e 93/380, Relator Ferreira de Carvalho. Dois outros acórdãos

não publicados vêm no mesmo sentido (Apel. Cível n. 64.774-2, Relator Mariz de Oliveira, e, referido pelo último acórdão, julgado da Décima Sexta Câmara Civil do TJSP, Rel. Alvaro Lazzarini). Adotando ponto de vista contrário, registra-se, somente, acórdão publicado em "JTACSP", vol. 93/327, Relator Walter Moraes.

Ressaltem-se alguns argumentos, de inteira procedência, expostos em dois dos casos publicados, supramencionados.

O primeiro caso, Relator Galvão Coelho, em que houve correções realizadas pelo Magistrado quando da assinatura da transcrição das notas de estenotipia, é bem sugestivo: "Aqui, houve manifesto prejuízo à parte, desde o momento em que, retidos os autos para a transcrição das notas do estenotipista, ela não teve imediata disponibilidade deles. Quando a lei fixa na data da leitura em audiência o **dies a quo** do prazo para recorrer de sentença ali proferida (CPC, art. 506, inc. II), pressupõe que desde logo tenha a parte a plena possibilidade de acesso aos autos, com a indispensável consulta aos termos da sentença proferida e prova documentada. Sobreveio no Estado de São Paulo, porém, o utilíssimo método da estenotipia, que agiliza os serviços forenses. Constitui, negavelmente, significativo progresso em nossa Justiça, que tradicionalmente é tão apegada a formalismos e modos tradicionais de realizar os atos do processo. Com o novo método, criam-se novas situações, a que deve o próprio Poder Judiciário amoldar os seus julgamentos.

"E assim é que, ditada a sentença em audiências ao estenotipista (e nesse momento publicada, como salientou a agravada), o prazo para recorrer fluirá do dia em que a parte tiver pleno conhecimento dela, com acesso aos autos e a ela própria. Do próprio termo transcrito às fls. 46, já consta que o estenotipista dispôs de um prazo para a transcrição (três dias). Isso significa, com toda segurança, que os autos não ficaram disponíveis à parte desde logo. Sabe-se que a resp. sentença, ditada no dia 10.5.1984, foi publicada aos 18 do mesmo mês (fls. 46 v.). Presentes, ambas as partes tiveram conhecimento imediato do julgamento ditado, mas a ciência de que os autos estavam disponíveis, com a sentença ali encartada, só sobreveio com a intimação pela imprensa, que aconteceu no dia 28 de maio (fls. 63). Ordinariamente, a intimação feita a quem já era ciente nada significa e não influi no prazo; foi isso que o ven. acórdão embargado disse, mas a Turma Julgadora não teve presentes as características da audiência documentada por estenotipia, agora consideradas.

"Agora, ficou saliente o impedimento judicial posto à frente do apelante. O art. 180 do CPC, a que a jurisprudência empresta sentido bastante amplo (abrangendo obstáculos que, como este, foram postos pelo próprio organismo judiciário), constitui válido assento legal para a conclusão que se anuncia no tópico anterior.

"Por outro lado, em expressivo precedente, a Col. Décima Sexta Câmara Civil deste E. Tribunal ponderou, à luz dos arts. 164 e 169 do CPC, que a sentença ainda sujeita à transcrição dos sinais da estenotipia não é juridicamente existente, por faltar-lhe requisito essencial: a assinatura do Juiz. O voto vencedor do ilustrado Des. Alvaro Lazzarini, com o eficiente bom senso de sempre, considerou que, antes da assinatura, o Juiz confere a fidelidade da sentença, podendo retocá-la, repará-la, alterá-la, para que corresponda efetivamente ao que foi ditado —, sendo impróprio, nessa situação, pensar que, já quando ditada ela ao estenotipista, possa correr desde logo o prazo recursal (cf. TJESP, Décima Sexta Câmara Civil, Apel. Cível n. 64.774-2, j. 23.11.1983, Rel. Mariz de Oliveira, v.u.). ("RJTESP", ed. LEX, vol. 98/379, Rel. Galvão Coelho).

E em outro julgado publicado, a declaração de voto vencedor do Juiz José Bedran argumenta, de forma irretorquível:

"A audiência, em que se colheram os depoimentos e foi proferida a sentença, produziu-se, por inteiro, pelo sistema de estenotipia, forma, de resto, amplamente autorizada pelo Código (art. 170 do CPC).

"Nestas condições, as regras dos arts. 242 e 506, I, do CPC não poderiam merecer, na espécie, a rigorosa aplicação pretendida pelo apelado.

"Óbvio que, embora proferida oralmente pelo Magistrado, a sentença só se reduziu a termo, e de forma escrita, após a conveniente transcrição das notas mecanizadas, possibilitando, só a partir de então, a plena ciência de seu inteiro teor pelas partes. Neste caso, ainda não se complementando a publicação do decisório, o prazo para interposição do recurso só poderia ser computado a contar da data em que as partes tomaram conhecimento, pela imprensa, da concretização da transcrição. E isto apenas ocorreu em 16.10.1985, sendo o apelo tempestivamente interposto em 30.10.1985.

"Note-se, ademais, que as partes saíram perfeitamente cientes de que, uma vez requerida a transcrição, o prazo para eventual recurso correria da intimação da transcrição, se posterior à sentença. Ora, se isto exatamente se deu, por certo que, agora, o recorrente não poderia ser prejudicado, mesmo porque só depois de transcritos os termos e a sentença é que estes atos passaram, em verdade, a constar dos autos, permitindo, a partir de então, o seu exato conhecimento por parte dos litigantes, de molde a ensejar-lhes perfeitas condições de deduzir e fundamentar eventual inconformismo" ("RT", vol. 607/113, Rel. Reis Kuntz, voto do Juiz José Bedran).

6. Em síntese: embora se registrem, no crime, três julgados do Tribunal de Alçada Criminal no sentido do início do prazo no dia do ditado da sentença em audiência registrada por estenotipia, deve prevalecer, também no crime, a orientação, já vencedora no cível, se essa contagem se der a partir da publicação da transcrição datilográfica da sentença, corrigida, datada e assinada pelo Juiz.

A imprescindível modernização do aparelhamento material da Justiça deve atender às exigências de segurança jurídica que lhe são também necessárias, entre as quais a documentação no idioma nacional, grafada em caracteres de leitura comum, aptos à transcrição nos registros que sejam obrigatórios, com o da sentença.

O contrário seria modernização apenas aparente. A segurança documental das decisões do Poder Judiciário integra o moderno, tanto quanto a celeridade na produção dos escritos, ensejada por este maravilhoso instrumento de progresso que é a estenotipia.